DISPUTAS DE MEMÓRIA NA NOVA (DES)ORDEM GLOBAL: OS SENTIDOS DE SOBERANIA NACIONAL NA DESIGNAÇÃO DO PCC E CV COMO TERRORISTAS

Milca Borges Luz
Secretaria da Educação do Estado da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6011-1843
Endereço eletrônico: borges.milca@gmail.com

Marilza Ferreira do Nascimento
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0009-0005-0957-5518
Endereço eletrônico: marilzadonascimento@gmail.com

Palavras-chave: soberania, democracia, efeitos-sentido, Análise de discurso.

INTRODUÇÃO

Estudos sobre a crise das democracias contemporâneas apontam para a fragilidade do modelo liberal, cuja sustentação depende de práticas contínuas de proteção das constituições e instituições democráticas e da sociedade civil. Nesse contexto, Luz (2023) argumenta que, a partir das eleições de 2018, discursos e práticas de inspiração fascista — visibilizados desde as manifestações de 2013 — se consolidaram no Brasil, contribuindo para a ascensão da extrema-direita a espaços de poder executivo, legislativo e, também, do sistema de justiça (Nascimento, 2023) e para a institucionalização de práticas contrárias à democracia. Essa consolidação ideológica torna relevante e investigar como rótulos produzidos em escala internacional podem amplificar tensões internas e justificar medidas que abalam garantias democráticas.

Diante deste cenário, este trabalho analisou as disputas discursivas sobre a designação do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) como "organizações terroristas" por atores internacionais (Estados Unidos), e examinou como tal rotulação incide sobre os sentidos de soberania nacional e sobre a estabilidade democrática do Estado afetado. O objetivo foi analisar os efeitos de sentido de "terrorismo" e "soberania nacional", para compreender como tal rotulação opera discursivamente de modo a iluminar mecanismos pelos quais atores externos e internos disputam significados.

METODOLOGIA

Para a pesquisa, utilizamos procedimento bibliográfico e uma análise discursiva do termo "terrorismo" e "soberania nacional" que circularam após a designação, pelos Estados Unidos, dos grupos PCC e CV como terroristas. O corpus discursivo, por sua vez, foi constituído de: materialidades extraídas de plataforma digital "X" dos pré-candidatos à presidência Lula e Flávio Bolsonaro, de junho de 2026; materialidades discursivas extraídas do site de notícias G1. Para a análise, mobilizamos pressuposto teóricos da Análise de Discurso, que tem como principal expoente Michel Pêcheux. Ancorado na concepção de discurso como efeito de sentidos, o estudo adota a noção de memória discursiva (Courtine, 1981; Pêcheux ([1990] 2014; 2015), a qual relaciona interdiscurso e intradiscurso para restabelecer os implícitos e pré-construídos que tornam o acontecimento legível.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No dia 28 de maio de 2026, o Governo Trump afirmou que classificaria o PCC e o CV como organizações terroristas, o que de fato se concretizou a partir do dia 05 de junho. Essa declaração ocorreu dois dias depois de o senador Flávio Bolsonaro pedir a medida ao presidente americano. Tal fato causou forte impacto no campo político e uma grande circulação-confronto de formulações que passou a funcionar, principalmente, na mídia e nas redes sociais digitais.

Ao analisar as materialidades extraídas, destacamos:

> SD 01: "A Administração Trump continuará a **usar todas as ferramentas disponíveis para proteger nossa nação e nossos interesses de segurança nacional**, mantendo drogas ilícitas fora de nossas ruas e interrompendo os fluxos de receita que financiam narcoterroristas violentos", afirmou. Secretário de Estado dos EUA Marco Rubio (Rede X, G1, 28/05/2026)

Pêcheux ([1975] 2014) afirma que os elementos estruturais que pertencem às condições de produção de um discurso compreendem fundamentalmente os sujeitos desse discurso e a situação em que ocorre. Sobre a situação contextual, temos o país onde ocorre a declaração – EUA –, os sujeitos que participam dessa produção discursiva – Estados Unidos da América e Brasil; o momento em que o governo Trump declara o PCC e CV como organizações terroristas e o modo como o governo de Donald Trump opera instrumentos jurídicos, e, por conseguinte, atua na política externa[1]. E quanto à história, interessam a

[1] Logo após sua posse, em 20 de janeiro de 2025, Trump assinou a Ordem Executiva 14157, que criou o mecanismo oficial direcionado a enquadrar cartéis de drogas e gangues transnacionais como Organizações Terroristas Estrangeiras (FTO) e Terroristas Globais Especialmente Designados (SDGT)).

produção de acontecimentos imbricados ao termo "terroristas", a carga histórica que este termo produz no imaginário que afeta os sujeitos em suas posições políticas.

Assim, os sentidos de "terrorismo" sofreram deslizamentos que impactaram diretamente na política externa, de modo que cartéis e organizações criminosas transnacionais, que tradicionalmente eram tratadas sob a ótica do narcotráfico e crime organizado, deixam de ser apenas um problema policial (cooperação via FBI) e passam ao escopo de ameaça direta à segurança nacional, acionando agências de inteligência (como a CIA) e investigações financeiras severas.

No cenário brasileiro, essa intervenção externa passa a significar e a dividir o espaço público por meio de uma acirrada disputa pela memória do conceito de "soberania nacional":

> **SD02** "Nós resolvemos decidir que esse país não adotará mais a política do vira-lata diante das grandes potências.
> Nós não somos melhores do que ninguém, mas também não somos piores.
> Nós queremos respeitar todo mundo, mas nós também queremos respeito. [...]
> Nós não podemos aceitar o tratamento que os Estados Unidos deram ao Brasil essa semana. Não é possível! Ninguém pode dizer que o Brasil se negou a negociar com os Estados Unidos. **Isso aqui é um país democrático e soberano**. **E por conta dessa soberania, nós faremos tudo o que for necessário.** Não cederemos. [...] (Lula, X, 03/06/26)
> **SD03** O PIX é uma criação do Brasil e faz muito bem ao povo brasileiro. **Seguiremos defendendo a nossa soberania!** (Lula, X, 02/06/26)

As SD's acima produzem sentidos de denúncia sobre a interferência de um país estrangeiro acerca das decisões dentro do território brasileiro. Tal discurso regulariza a memória institucional e histórica, em uma tentativa de resistência, atualizando os sentidos de soberania enquanto autodeterminação territorial e de salvaguarda democrática contra a subordinação e ameaça geopolítica.

Por outro lado, em uma disputa de sentidos e contra-discursos temos:

> **SD 04:** Agradeço ao Presidente Donald Trump por suas palavras respeitosas!
> O Brasil terá, muito em breve, um presidente que **combaterá verdadeiramente as organizações terroristas brasileiras e restaurará a soberania** para mais de 50 milhões de brasileiros que vivem em áreas dominadas por elas.
> Brasil e Estados Unidos voltarão a ter uma relação de alto nível e de longo prazo, incluindo o melhor acordo comercial e de investimentos da nossa história! [...] (Flávio Bolsonaro, X, 02/06/2026)
> **SD 05:** PCC e CV não podem continuar a dominar territórios. **Soberania é o trabalhador saber que seu filho vai voltar vivo para casa**. Vamos para

cima! (Flávio Bolsonaro, X, 05/06/2026)
SD 06: Soberania é proteger o povo brasileiro, não quem espalha terror pelo país. (Flávio Bolsonaro, X, 06/06/2026)

Na análise das SD's elencadas identificamos um deslizamento do sentido de soberania, que passa a significar "segurança pública", segurança individual e proteção do povo brasileiro contra uma ameaça interna. Além de produzir efeitos de negacionismo e deslegitimação da soberania nacional vigente. Tais sentidos buscam uma desregulação da memória discursiva, que tensionam as filiações sócio-históricas de sentido. Ao esvaziar os sentidos de "soberania" de sua dimensão jurídica e macroeconômica para reduzi-la discursivamente à "segurança pública individual" e à sobrevivência cotidiana, essa posição não apenas legitima a ingerência externa, mas a ressignifica como uma "salvação" necessária diante de uma suposta desconfiança do sistema nacional de segurança pública e de justiça.

CONCLUSÕES

Os resultados demonstraram que a linguagem constitui o real sob estritas determinações ideológicas. O deslizamento do sentido de "terrorismo" — historicamente deslocado de motivações político-ideológicas para o escopo do crime organizado transnacional — desvela um mecanismo de intervenção discursiva que opera como preâmbulo para a erosão da autonomia jurídica e política de Estados soberanos. Longe de uma mera classificação penal, a designação funciona como substancial ferramenta de poder transnacional que legitima a expansão do aparato securitário-militar norte-americano e reconfigura o conceito de inimigo, fragilizando garantias institucionais de Estados soberanos e abrindo precedentes para interferências excepcionais, justificados pela retórica da urgência. As materialidades analisadas, portanto, expõem as engrenagens de uma desordem global contemporânea, onde o léxico da democracia e da proteção é paradoxalmente instrumentalizado para enfraquecer o próprio Estado-Nação e a normalização de uma nova ordem de subordinação geopolítica, operada pela via da desestruturação e reestruturação dos sentidos de segurança, pátria e direito.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. Tradução e introdução de José Horta. In: ACHARD, Pierre. e outros. **Papel da memória**. Campinas-SP: Pontes, 2015. p. 43-51. Edição original: 1983.

LUZ, Milca Borges. **Efeitos-sentido do slogan "Deus, pátria e família" no jogo discursivo entre memória e atualidade**. Orientadora Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2023. 177 f. Tese (doutorado – Programa de Pós-Graduação em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2023.

NASCIMENTO, Marilza Ferreira do. **O Ministério Público Federal na posição-sujeito promotor de ações penais públicas em casos da operação Lava Jato:** um recorte de memória em gestos de interpretação. Orientadora Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2023. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2023.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (1969). In: GADET, F; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso***:* uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2014. p. 59-158.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. Tradução e introdução de José Horta. In: ACHARD, Pierre. e outros. **Papel da memória**. Campinas-SP: Pontes, 2015. p. 43-51.